

## UM SACERDOTE DE IFÁ NA BAHIA OITOCENTISTA

Ênio José da Costa Brito\*

REIS, João José. *Domingos Sodré: um sacerdote africano*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

Lançado, em 2008, *Domingos Sodré: um sacerdote africano. Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*, de João José Reis,<sup>1</sup> desvela o “processo de ladinização” do africano Domingos. Nascido em 1797, em Lagos, na Nigéria, escravizado aportou na Bahia na primeira metade do século XIX, em 1815. Seu destino, a fazenda do coronel Francisco Sodré Pereira, em Santo Amaro, no Recôncavo. A presença de inúmeros engenhos na região tornava-a economicamente sólida. Só nos últimos anos do século XIX, a província começou a sentir os reflexos da crise açucareira e das mudanças institucionais que ocorriam no país.

Nesse período, Domingos Sodré, liberto em 1835, já era uma figura importante na capital da província, onde exerceu uma intensa atividade, até a sua morte em 1887. Para acompanhar a dinâmica cultural e religiosa e mais amplamente a sua experiência de vida, Reis optou pelo relato bibliográfico, pois, “é possível fazer dessas histórias pessoais uma estratégia para entender o processo histórico que constituiu o mundo moderno e, em particular, as sociedades plantadas na escravidão que dele brotaram”.<sup>2</sup>

Organizado, em sete capítulos, com um rico anexo que possibilita ao leitor um contato com a documentação colonial, o que confere à leitura um sabor todo especial. Inúmeras fotos, em branco e preto, ilustram o texto dando um suporte visual aos relatos. O meticuloso Índice Onomástico facilita a pesquisa

### *De Onim para Bahia*

Em 1882, Domingos, entre outras coisas, declarou no seu testamento ter nascido de pais legítimos, Porfírio Argolo Araújo e de Bárbara de Tal, em Onim, um reino iorubá na África, frequentemente varrido por guerras fratricidas.

Dado as intensas relações comerciais entre o Benim e a Bahia, o destino de muitos cativos dessas guerras iorubas era a cidade de Salvador<sup>3</sup>. “Ao longo de toda a primeira metade do século XIX, cerca de quatro em cada cinco escravos que saíram dos portos do golfo de Benim desembarcaram na Bahia”(REIS, 2008:58).

Quando Domingos Pereira Sodré chegou no Engenho de Trindade, a Bahia atravessava um momento de prosperidade. Segundo seu testamento, aí foi batizado e recebeu o sobrenome Sodré de seu senhor o Coronel Francisco Sodré. Senhor de muitas terras, engenho e escravos. Domingos viveu na comunidade do engenho, com sua numerosa escravaria até 1836, quando adquiriu a liberdade “do finado Sodré”, a carta de alforria a recebeu de Jerônimo Pereira Sodré, filho do Coronel.

Ao transferir-se para Salvador, “iria enfrentar um ambiente cada vez mais intolerante para com os africanos libertos, o que incluía leis duras de controle da circulação, moradia, emprego, além de impostos especificamente direcionados a esse setor da população da cidade” (REIS, 2008:82).

O ambiente da cidade era fruto em parte do ciclo de revoltas que envolveram a Bahia entre as décadas de 1820 e 1830, a mais importante delas, a Revolta dos Malês, ocorrida na madrugada de 24 a 25 de janeiro de 1835<sup>4</sup>. Após essa revolta, a pressão por parte dos senhores aumentou. Queriam um maior controle, mas não só, desejavam mesmo levar os libertos africanos a retornarem “espontaneamente” à África. A lei nº 9 de maio de 1835 abria esta porta. “No entanto, como outros libertos do seu tempo, Domingos conseguiria superar barreiras legais, contornar engrenagens de dominação e negociar algum espaço de autonomia na terra dos brancos” (REIS, 2008:93).

Domingos Sodré morava havia dezessete anos no sobrado nº 7, na ladeira de Santa Tereza, perto do solar do poeta Antônio de Castro Alves e do convento de Santa Tereza. Esses cortiços urbanos, em geral habitados por Africanos eram vistos como lugares de resistência, autênticos “quilombos”. Habitações que contrastavam com as idéias de modernização da cidade, pautada por noções européias de higiene social e ocupação do espaço.

### *Tempo de repressão*

Uma prática antiga da polícia da cidade de Salvador, a repressão dos batuques, quase sempre associados ao candomblé, foi retomada pelo chefe de polícia João Antonio de Araújo Freitas Henriques, ao assumir o cargo. Disposto a extirpar as inúmeras práticas culturais de matriz africanas, como o candomblé, a capoeira e o pedir esmola das irmandades deu início a uma série de ações. “Entre o final da década de 1850 e o início de 1860, a Bahia teve alguns chefes de polícia que, diante das crescentes denúncias, adotaram uma

linha dura contra os candomblés. Esses chefes de polícia alimentaram uma espécie de psicologia do medo a que João Henriques deu continuidade”(REIS, 2008:38).

João Henriques, por desconfiar da leniência das autoridades policiais, como o subdelegado Piapitinga e do controle dos escravos pelos senhores, emitiu duas circulares cobrando uma postura mais firme das autoridades policiais (24/04/1862) e dos senhores (23/04/1862) na repressão e no controle dos seus escravos.

“Assim, a prisão de Domingos aconteceu num momento de grande tensão para os líderes, seguidores e clientes do candomblé e de outras práticas religiosas associadas aos africanos”, sublinha Reis (REIS, 2008:52). No dia 25 de julho de 1862, a polícia, comandada pelo subdelegado Pompilio, invadiu a casa, prendendo Domingos Sodré e as pessoas que lá estavam. Entre as pessoas presas encontrava-se Delfina da Conceição – que vivia do comércio ambulante –, com quem o liberto cassaria aos 4 de fevereiro de 1871, na Igreja Católica.

No dia seguinte, 26 de julho, a polícia voltou para revistar cuidadosamente a casa. Na leitura do “Auto de busca e achada”, percebe-se que para o subdelegado, a casa de Domingos Sodré era um “quilombo urbano” no qual se realizavam cerimônias de Candomblé.

O subdelegado encontrou vários objetos rituais como chocalhos de metal, santos de pau (Exu), cutelo cego, espadas e búzios (conchas) considerados como portadores de força mística. “O deus Olokun, senhor do mar, muito popular em Lagos, a terra de Domingos, era especialmente identificado por suas relações míticas e místicas com o uso de contas e conchas” (REIS, 2008:120). Para Reis, os objetos rituais aprendidos na casa do liberto indicam ser ele um babalaô, um sacerdote de Ifá, divindade da adivinhação. Sacerdote importante, a ponto de ser chamado de papai Domingos. Ele prestava serviços nos candomblés estruturados e em casa aconselhando sem chamar muita atenção.

O subdelegado encontrou, ainda, numa cômoda de Jacarandá, roupas bordadas com as iniciais D.S( de Domingos Sodré) e D.C ( de Delfina Conceição). “Seja qual for a razão daquelas iniciais, elas revelam demarcação de propriedade, e depõem sobre relação pessoal e noção de privacidade raramente registradas nos documentos a respeito do modo de vida africano na Bahia na época”(REIS, 2008:116).

### *Adivinho e curandeiro*

A preparação para exercer a atividade divinatória era longa. Talvez Domingos Sodré tenha iniciado a sua em Lagos. Tanto o método Ifá de adivinhação, como o erindinlogum-com dezesseis búzios-,eram muito utilizados na Bahia oitocentista. Daí o sucesso dos “dadores de ventura” entre os escravizados nagôs. Na diáspora, as práticas divinatórias

ganharam um perfil híbrido ao passarem por transformações, sem, contudo perderem os seus fundamentos rituais. “O sacerdócio de Domingos, se foi como penso, é comparável ao do famoso bababaô baiano Martiniano Eliseu do Bonfim, que na sua juventude fora contemporâneo de Domingos”, afirma Reis (2008:140).

Mesmo sendo permitidas “outras práticas” religiosas, os legisladores não estavam dispostos a tolerar manifestações de cunho afro-brasileiro. “No Brasil imperial, as práticas religiosas de matriz africana existiam numa espécie de limbo jurídico. Não eram consideradas religião pelas autoridades e passíveis de serem toleradas conforme rezava a Constituição” (REIS, 2008:142). Sem respaldo legal, a repressão era legitimada por leis locais, especialmente, pelas posturas municipais.

Domingos Sodré foi preso devido à suspeita de receber objetos roubados para realizar serviços para amansar senhores. Prática presente no mundo luso-atlântico e muito difundida na Bahia, no oitocentos. Certamente, ele fornecia ervas e garrafadas não só para amansar senhores, como para ajudar na obtenção da alforria.

Era também diretor da junta de alforria. As juntas de alforria da Bahia se inspiraram nas esusu, instituição de crédito iorubá, tendo suas especificidades. Domingos Sodré esteve na direção de uma junta de alforria por um bom tempo, o que revela seu prestígio entre os compatriotas. “As juntas africanas de alforria representavam, ao mesmo tempo, um esforço de solidariedade coletiva para muitos, uma oportunidade coletiva para muitos, uma oportunidade de negócio para alguns e uma chance de marretagem para outros” (REIS, 2008:222). Com frequência explodiam brigas entre os afiliados, por problemas financeiros.

Domingos Sodré foi liberado, em 30 de julho de 1862, por ter ficha policial limpa, por ter a proteção de pessoas importantes da sociedade, mas não deixou de ser admoestado a largar o candomblé e ameaçado de deportação. A política de deportação tinha sido implantada após a revolta dos Malês, em 1835. Domingos Sodré tinha consciência da gravidade da ameaça e tinha conhecimento dos casos de Rufo (1855), Grato (1859), Gonçalo Paraíso (1861) e Constança de Araújo (1861) todos do candomblé, todos deportados para a África por serem feiticeiros e “dadores de ventura”.

Os jornais Alabama (1869), o Diário da Bahia (1862), autoridades civis e religiosas eram unânimes em afirmar que: “Os candomblés continuavam a bater com força e a recrutar novos adeptos, enquanto a campanha repressiva prosseguia” (REIS, 2008:180). Não estava circunscrito só à cidade negra; adeptos brancos freqüentavam por acreditarem nos poderes curadores e divinatórios de seus sacerdotes.

A prisão de Domingos Sodré ocorreu, pois, “sua atuação foi vista como favorável à resistência escrava, daninha à economia escravista e à hegemonia senhorial, estorvo

à ordem civilizada que a elite educada desejava cultivar em terras baianas” (REIS, 2008:186).

Candomblé e junta, feitiçaria e alforria estavam profundamente interligados na vida do adivinho-curandeiro Domingos Sodré. Ele fora preso sob acusação de ajudar escravos a se libertarem. Certamente, recorria aos jogos de adivinhação para orientá-los. No entanto, as promessas de liberdade passavam pela junta. A alforria era uma peça chave da política de controle paternalista, só rompida com a lei de 28 de setembro de 1871, que possibilitou aos escravos amealhar o seu pecúlio.

Domingos Sodré conciliou a atividade de chefe de uma junta de alforria, com a posse de escravos em épocas diferentes, escravos que foram alforriados ou vendidos ao longo do tempo.<sup>5</sup> Entre o grupo de libertos que possuíam escravos, ele ocupava uma posição de destaque. Com o fim do tráfico, os pequenos escravistas venderam seus escravos, aproveitando o preço e acompanhando o deslocamento do mercado, passaram a investir em imóveis. “A carreira de Domingos Sodré como chefe de junta é representativa de trajetória dessas instituições africanas, que se formaram como instrumento para superação da escravidão e declinaram com ela” (REIS, 2008:305).

### *Teia de relações*

Domingos Sodré, ao longo de sua vida, fez inúmeras amizades não só com os de sua nação, como com pessoas de outras nações africanas e teceu uma sólida rede de relações entre os brancos. Entre seus amigos africanos encontra-se Manoel Joaquim Ribeiro, que ainda como escravo comerciava com a África e obteve do seu senhor licença para possuir escravos. Era um grande festeiro, para alguns candomblezeiro. Já liberto adquiriu bem de raiz, em nome dos filhos, devido a Lei Provincial nº 9 de 1835, que proibia escravos terem bens de raiz. Morreu rico, aos 90 anos, aos 20 de junho de 1865. Riqueza amealhada graças ao trabalho de seus escravos e escravas.

Outro amigo, o liberto Cipriano José Pinto, candomblezeiro confesso, talvez um sacerdote do bori haussá, dono de um pequeno comércio. Domingos Sodré o acusou de calote, por ter pedido uma boa quantia de dinheiro emprestado e não ter pago. Cipriano teve sua roça invadida e foi preso, em 30 de março de 1853, quando o rumor de uma revolta escrava tinha espalhado o medo por toda a cidade. Aos 8 de agosto de 1854 foi deportado para a Costa da África.

Outro liberto, com o qual tinha uma sociedade, se chamava Antão Pereira Teixeira, “um dos mais afamados feitiçeiros da capital”, segundo a crônica da época. Antão Teixeira já conhecido da polícia por ter entrado em litígio com outro escravo a quem emprestara dinheiro para libertar-se. Prática muito comum em Salvador, por sinal uma prática de matriz africana, a penhora. Preso em 1872, foi expulso em 1875.

“As relações de Domingos Sodré com Manoel Joaquim Ribeiro, Cipriano José Pinto, Antão Teixeira e Mãe Mariquinhas, e outros acusados de feitiçaria sugerem a sua participação numa rede social e religiosa africana” (REIS, 2008: 270). Rede cosmopolita, na qual os libertos, hegemônicos no candomblé oitocentista baiano, trocavam experiências, se ajudavam mutuamente e guardavam muitos segredos.

Domingos Sodré professava o candomblé e o catolicismo. “Ele foi batizado, batizou, casou-se e morreu na Igreja, viveu como católico, embora não somente como tal” (REIS, 2008:282). Casou-se na Igreja, aos 9 de junho de 1850, batizou várias crianças e como membro da Irmandade do Rosário dos Pretos, ao morrer no dia 3 de maio de 1887, aproximadamente com 90 anos, teve um enterro pomposo. O catolicismo professado por Domingos era popular. “Quando a polícia invadiu a casa de Domingos, foram encontrados um rosário de ouro, retratos emoldurados de Santos Católicos a cobrir as paredes da sala, além de um bem cuidado oratório” (REIS, 2008:280).

Ele não mediu esforços para legitimar-se como membro da nação brasileira, teceu relações extra-africanas, utilizou recursos jurídicos da sociedade soteropolitana e deu sinais de aculturação, como ter flores na janela de sua casa e vestir a farda da independência ao ser preso.

### *Considerações*

Em *Domingos Sodré, um sacerdote africano*, João José Reis convida seus leitores a acompanharem a trajetória de vida de Domingos Sodré, africano, escravizado, liberto, advinho, feiticeiro, sacerdote nagô e homem de bens. O livro consolida uma perspectiva historiográfica, entre nós, que gradualmente vinha se firmando no bojo da renovação dos estudos historiográficos sobre a escravidão<sup>6</sup>, a de acompanhar trajetórias individuais de escravizados que conseguiram se libertar. Refazer esses percursos marcados pelas mais diversas experiências, reveladoras da vida de ex-escravo, é desafiador, pois, em geral, não deixaram nada escrito sobre si. A pesquisa requer a utilização de fontes diversificadas e cruzamentos de dados. Um dos primeiros textos escritos nesta perspectiva é o de Luiz Mott, *Rosa Egípciana, uma santa africana no Brasil*<sup>7</sup>, o autor trabalha organicamente com esse gênero narrativo, até então pouco explorado pelos historiadores.

Em 1994, Keila Grinberg publicou *Liberata, a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*<sup>8</sup>. A autora relata a vida da escrava Liberata, nascida em 1790, que consegue libertar-se em 1814, depois de uma intrincada disputa judicial. Em 1997, o livro *Dom Oba II D'África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, de Eduardo Silva, resgata a fascinante história de um filho de africanos forros nascido em Lençóis, no sertão da Bahia, por

volta de 1845. Nas palavras do autor: o “livro procura recuperar aspectos do cotidiano, ambiência cultural e universo simbólicos prevaletentes entre escravos, libertos e homens livres de cor do Brasil do século XIX, através de um estudo de caso da vida e pensamento do auto-intitulado Dom Oba II D’África (Obá significando ‘REI’ em iorubá), um ‘Tipo de rua’ que viveu na cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas da escravidão e do Império”<sup>9</sup>.

Regina Célia Lima Xavier, em 1996, publica, *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*<sup>10</sup>, que trilha as mesmas veredas. Xavier reconstrói a história de vida de homens e mulheres que conseguiram libertar-se na região de Campinas. Como Grinberg e Silva empreenderam uma ampla pesquisa consultando inúmeras fontes. Cruzando dados, visualizou a vida de escravos e escravas que viveram o tempo de escravidão e o pós-abolição. Com esta pesquisa, começava-se a romper um paradigma tão presente na historiografia sobre a escravidão, o da separação radical entre estes dois momentos. Em 2008, publica *Religiosidade e escravidão no século XIX: mestre Tito*<sup>11</sup>. Tito Camargo de Andrade, o mestre Tito, é um centro africano nascido em 1818. Com apenas 11 anos, já era escravo de um dos fazendeiros mais ricos da Vila de São Carlos, na província de São Paulo, Floriano de Camargo Penteado. Diz a autora terminando a apresentação do livro: “Nas páginas que se seguem, o leitor poderá seguir Tito de Camargo e descortinar aspectos muito variados das experiências históricas em Campinas, ao vê-lo transitar entre revoltas e epidemias e ao imaginar seus passos nas ruas a pedir esmolas para a igreja e a irmandade de São Benedito. O percurso de Tito deve conduzir a diferentes dimensões da vida social, não se restringindo a fronteiras preestabelecidas”<sup>12</sup>.

Reis, ao acompanhar os passos de Domingos Sodré no Recôncavo e em Salvador, compõe um quadro sócio-político-religioso no interior do qual apresenta sinteticamente informações para a compreensão da sociedade escravista do século XIX. Para Reis, “As biografias de africanos e de seus descendentes permitiram perceber sob um novo ângulo, e de maneira mais humana, o movimento ampla da história, seja do tráfico de escravos, da ascensão e queda da escravidão no Novo Mundo, da reconfiguração do Velho Mundo pela colonização e pelo escravismo, enfim da formação de sociedades, economias e culturas atlânticas. (REIS, 2008:315).

Texto respaldado numa ampla base documental e escrito com elegância. Agrada não só aos especialistas, como a leitores desejosos de conhecer um pouco mais do nosso passado que ainda se reflete tanto no nosso presente.

A vida de Domingos Sodré é narrada como engenho e arte, nas palavras do autor: “a vida de Domingos se desenvolve como parte desse embate cultural e serve como guia para narrar a história do candomblé na Bahia de seu tempo” (REIS, 2008:19). O leitor

ao acompanhar esse sacerdote nagô, não só compreenderá aspectos da cultura africana, como as forças que levaram à sua transformação e o legado que ela nos deixou.

*Recebido em março/2008; aprovado em maio/2008.*

### Notas

\* Professor Titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião da PUC-SP. E-mail: brbrito@uol.com.br

<sup>1</sup> REIS, João José. *Domingos Sodré: um sacerdote africano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>2</sup> *Ibidem*. p. 315 – Só na década de 1970, a historiografia começou a dar importância aos libertos. Os estudos de Kátia M. de Queiroz Mattoso e Stuart B. Schwartz foram responsáveis por essa valorização. Ver MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. A propósito de Cartas de alforrias – Bahia, 1779-1850. In: *ANAIS DE HISTÓRIA DE ASSIS*, n.4, p.23-52, 1972; SCHWARTZ, Stuart B. The manumission of slaves in colonial Brazil. Bahia, 1684-1745. In: *HISPANIC AMERICAN HISTORICAL REVIEW*, v. 45,n.4, p.603-635, 1974. Artigo traduzido em *ANAIS DE HISTÓRIA*, n.6, p.71- 114,1974.

<sup>3</sup> Entende-se, então, o fato de Obá Osinlokun ter sido uma das primeiras lideranças estrangeiras a reconhecer a independência (Cr. REIS, 2008: 58)

<sup>4</sup> Para uma visão abrangente da revolta dos malês ver a obra já clássica de REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. A história do levante dos Malês em 1835. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>5</sup> À medida que os libertos ganham espaço nos estudos historiográficos, facetas de suas vidas são reveladas, como, sua presença entre os senhores de escravos. Ver o sugestivo estudo de LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Irani Del Neruda. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. In: *CIÊNCIA E CULTURA*, n.32, p.836-841, 1980.

<sup>6</sup> Para uma visão mais ampla da renovação dos estudos historiográficos ver BRITO, Ênio José da Costa. Historiografia e Escravidão: novos desafios para a história da Igreja, in: *CAMINHOS*, v.4, n.1, p.95-114, jan./jun. 2006.

<sup>7</sup> MOTT, Luiz. *Rosa Egípciana, uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

<sup>8</sup> GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

<sup>9</sup> SILVA, Eduardo. *Dom Oba D'África, o príncipe do povo*. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.11.

<sup>10</sup> XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade*. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

<sup>11</sup> XAVIER, Regina Célia Lima, *Religiosidade e escravidão no século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p.31.